

FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NUMA ESCOLA INDÍGENA/BONFIM - RR

CONTINUED TRAINING IN INCLUSIVE EDUCATION: SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE AT AN INDIGENOUS SCHOOL/BONFIM – RR

FORMACIÓN CONTINUA EN EDUCACIÓN INCLUSIVA: SERVICIO EDUCATIVO ESPECIALIZADO EN UN COLEGIO INDÍGENA/BONFIM – RR

Larisse Amorim Cavalcante¹
Karla Colares Vasconcelos²
Elizangela da Silva Barboza Ramos³

RESUMO: O presente trabalho configura-se como um recorte da pesquisa de dissertação de mestrado que discutirá a importância de políticas públicas para formação continuada de docentes de salas regulares articulando com práticas pedagógicas inclusivas, tendo como objetivo analisar os desafios que o docente da sala regular enfrenta na ausência de salas de atendimento educacional especializado no ambiente escolar. As categorias de análise são: Educação Inclusiva, Formação de Professores e Políticas Públicas Educacionais, com as contribuições de Mazzaro (2007), Brasil (2015), Carvalho (2012). A pesquisa terá uma abordagem qualitativa, considerando os princípios metodológicos da pesquisa-ação, embasados em Thiollent (2011). Os dados serão analisados com base nas etapas da Análise de Conteúdo, segundo as orientações de Bardin (2016). Dessa forma, as contribuições serão pautadas em ações práticas para a formação continuada dos professores, promovendo a reflexão dos docentes quanto à flexibilidade de suas práticas pedagógicas, embasadas nas diretrizes da Educação Inclusiva, visando o aperfeiçoamento das suas práticas de ensino.

Palavras-chave: educação inclusiva; formação de professores; políticas públicas educacionais.

ABSTRACT: *The present work is configured as a part of the master's thesis research that will discuss the importance of public policies for the continuing education of teachers in regular classrooms, articulating with inclusive pedagogical practices, with the objective of analyzing the challenges that teachers in regular classrooms face in absence of specialized educational service rooms in the school environment. The categories of analysis are: Inclusive Education, Teacher Training and Educational Public Policies, with contributions from Mazzaro (2007), Brasil (2015), Carvalho (2012). The research will have a qualitative approach, considering the methodological principles of action research, based on Thiollent (2011). The data will be analyzed based on the steps of Content Analysis, according to the guidelines of Bardin (2016). In this way, contributions will be based on practical actions for the continuing education of teachers, promoting reflection by teachers regarding the flexibility of their pedagogical practices, based on the guidelines of Inclusive Education, aimed at improving their teaching practices.*

Keywords: *inclusive education; teacher training; educational public policies.*

¹ Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas; licenciada em pedagogia. Universidade Federal de Roraima. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1145-1045> E-mail: professoralary10@gmail.com

² Doutora em Educação; professora da Universidade Federal de Roraima. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5106-2824> E-mail: karla.colaresufr@gmail.com

³ Doutora em Educação em Ciências e Matemática. Universidade Federal de Roraima ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4840-072X> Email: elizangela.ramos@ufr.br

RESUMEN: *El presente trabajo se configura como un extracto de la investigación de tesis de maestría que discutirá la importancia de las políticas públicas para la formación continua de docentes de aula regular, articulando con prácticas pedagógicas inclusivas, con el objetivo de analizar los desafíos que enfrentan los docentes de aula regular en ausencia de salas de servicios educativos especializados en el ámbito escolar. Las categorías de análisis son: Educación Inclusiva, Formación Docente y Políticas Educativas Públicas, con aportes de Mazzaro (2007), Brasil (2015), Carvalho (2012). La investigación tendrá un enfoque cualitativo, considerando los principios metodológicos de la investigación acción, basado en Thiollent (2011). Los datos serán analizados con base en los pasos del Análisis de Contenido, según los lineamientos de Bardin (2016). De esta manera, los aportes se basarán en acciones prácticas para la formación continua de los docentes, promoviendo la reflexión de los docentes sobre la flexibilidad de sus prácticas pedagógicas, con base en los lineamientos de la Educación Inclusiva, apuntando a mejorar sus prácticas docentes.*

Palabras-clave: *educación inclusiva; formación de profesores; políticas públicas educativas.*

Introdução

O presente artigo visa apresentar pesquisa sobre formação continuada para educadores dos anos iniciais do Ensino Fundamental em escola de rede pública, situada na comunidade indígena do Jabuti, no estado de Roraima. A pesquisa é um recorte da pesquisa do mestrado profissional em Educação Inclusiva (PROFEI). O PROFEI é um mestrado em rede voltado para professores da Educação Básica que estejam em suas plenas atividades letivas e que contribuem para a formação educacional de estudantes brasileiros. Tendo como ponto de partida, o projeto se encontra em fase inicial, e as suas contribuições serão voltadas para o auxílio efetivo de educadores ativos nas salas de aulas do Brasil. Vale ressaltar que, por fazer parte de um mestrado em rede, as autoras desse texto estão vinculadas ao PROFEI da Universidade Federal de Roraima, extremo Norte do Brasil, e tem como base de objeto de pesquisa a educação inclusiva numa comunidade indígena.

Dessa forma, a pesquisa discutirá sobre políticas públicas educacionais para formação continuada de docentes de salas regulares, articulando com práticas pedagógicas inclusivas. A educação especial e inclusiva é um direito que se funda na equidade respeitando as diferenças de aprendizagens e métodos de ensino. Considerando esse fundamento, a pesquisa justifica-se em promover e garantir uma formação continuada aos professores que atuam na Educação Básica em uma Escola Municipal Indígena no município de Bonfim-RR, bem como discutir a importância de políticas públicas articulando com práticas pedagógicas inclusivas. Essa proposta foi pensada pela necessidade de se considerar a formação docente continuada tão importante quanto à formação inicial e, na Educação Básica, observa-se que há um distanciamento entre o que está previsto na legislação e o que se dá na prática escolar.

A problemática da pesquisa se expressa no seguinte questionamento: quais os obstáculos encontrados pelo professor para trabalhar uma educação inclusiva nas salas regulares, uma vez que a escola não possui sala de atendimento educacional especializado? Assim, a hipótese da pesquisa pressupõe que a falta de salas de atendimento educacional especializado no ambiente escolar implica em um entrave para docentes e estudantes.

Como objetivo geral da pesquisa, destacamos analisar os desafios que o professor da sala de aula regular enfrenta na ausência de salas de atendimento educacional especializado no ambiente escolar. Já os seus objetivos específicos são: a) Mapear quais os principais mecanismos de entraves no acolhimento dos estudantes de educação especial no ambiente escolar e sala de aula; b) Verificar diretrizes orientadoras para formação continuada de professores na perspectiva de educação inclusiva; c) Promover a formação continuada de professores capacitando para a atuação pedagógica inclusiva. Como parte desse objetivo será elaborado um produto educacional no formato de um curso visando a formação continuada.

Para orientar os procedimentos de coleta de registros optamos pelo tipo de pesquisa qualitativa com abordagem metodológica da pesquisa-ação, com as contribuições de Thiollent (2011). Para análise de dados usaremos a Análise de Conteúdo, pois considera-se mais adequada para o tipo de pesquisa definida e as finalidades de estudo, com as orientações de Bardin (2016).

Dessa forma, o estudo tem como intencionalidade contribuir com ações práticas para a formação continuada dos professores, e pretende elaborar uma proposta de Ensino Colaborativo, promovendo reflexão dos docentes quanto à flexibilidade de suas práticas pedagógicas, no tocante ao seu planejamento, assegurando um ensino dialógico com trocas de experiências entre os docentes, embasadas nas diretrizes da Educação Inclusiva, visando o aperfeiçoamento das suas práticas de ensino.

Nas seções a seguir serão apresentadas a metodologia da pesquisa, as contribuições dos autores que estudam, pesquisam e discutem sobre a temática abordada, e algumas considerações iniciais dos dados coletados.

Metodologia

O tipo de pesquisa adotado no estudo é qualitativo, respaldado na análise da coleta de dados por meio da pesquisa-ação. Segundo Yin (2016), é um campo multifacetado de investigação, apontado por diferentes orientações metodológicas. Inclusive, segundo o autor, praticamente toda circunstância da vida humana pode se tornar um estudo qualitativo.

Essa abordagem de pesquisa permite estudos aprofundados com variedade de tópicos simples e do cotidiano, oferece liberdade na seleção de temas de interesse e representa opiniões e perspectivas dos participantes de um estudo, uma vez que captura os eventos e ideias que descendem da pesquisa qualitativa e compõe os significados advindos dos acontecimentos da vida real na perspectiva das pessoas que os experienciam (Yin, 2016).

Sobre a pesquisa-ação, Thiollent (2011) destaca que “ela possui uma base empírica e visa a uma ação ou resolução de um problema coletivo, no qual pesquisadores e participantes atuam ativamente no processo” (Thiollent, 2011, p.20). Far-se-á uma coleta no banco de dados das secretarias das escolas que atendem o município e estão localizadas em comunidades indígenas, considerando os aspectos do atendimento educacional especializado e a inclusão educacional.

O recorte amostral consiste em uma Escola Municipal Indígena instalada na comunidade do Jabuti⁴, envolvendo todos os docentes e gestores que atuam nela. Contextualizando a escola, a comunidade do Jabuti fica 70 km de distância da capital Boa Vista, localizada no Estado de Roraima. Por estar no extremo Norte do Brasil, apresenta um clima Equatorial, caracterizado pela presença de formações vegetais de floresta e Cerrado. A sua ocupação histórica foi iniciada com a exploração do rio Branco, principal rio do estado. Na atualidade, Roraima é o estado menos populoso do Brasil.

Desse modo, o percurso metodológico quanto ao método de coleta de dados consistirá na observação direta extensiva, com aplicação de questionário semiestruturado como diagnóstico para melhor delinear a problemática, com fins de subsidiar a produção do Produto Educacional. O questionário diagnóstico será aplicado para docentes e gestores das unidades escolares, contendo questões abertas e fechadas.

Além disso, utilizar-se-á os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), objetivando garantir os Direitos Humanos dos participantes, bem como o regramento normativo do Comitê de Ética em Pesquisa da UFRR.

A metodologia de análise de dados será a Análise de Conteúdo, pois considera-se mais adequada para o tipo de pesquisa definida e as finalidades de estudo. Segundo Bardin (2016), as diferentes fases de análise de conteúdo organizam-se em três polos, quais sejam: a pré-

⁴ Jabuti: Comunidade indígena formada por Macuxi e Wapichana com uma população estimada em 485 pessoas, dividida em 88 famílias. Disponível em: https://bonfim.rr.gov.br/pagina/192_Historia-da-Cidade.html. Acesso em: 31 ago. 2023.

análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, cada um com etapas pré-definidas.

Resultados e discussões

O Brasil fez a opção de formatar um sistema educacional nos moldes inclusivos ao ser signatário de documentos internacionais, dentre os quais destaca-se a Declaração de Salamanca. Cabe ressaltar que desde a Constituição Federal de 1988 há em seu escopo normativo princípios da educação inclusiva (Mazzaro, 2007).

Segundo Rodrigues (2005, p. 46), “[...] a Declaração Final da Conferência da UNESCO, subscrita por 95 países, foi um impulso decisivo para a Educação Inclusiva”. Como reflexo disso, várias políticas educacionais começaram a se configurar para implementar a proposta, dentre elas a garantia do atendimento especializado nas escolas regulares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n. 9.394 (Brasil, 1996), buscou garantir a Educação Especial e o atendimento especializado pelos sistemas de ensino das escolas regulares, aumentando as demandas formativas dos profissionais da educação pautadas na inclusão dos estudantes das salas de aula comum do ensino regular. Porém, foi com a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEI-EI), de 2008, que os sujeitos público-alvo foram melhor definidos, sendo consideradas as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Com a política, a formação passa a se tornar um elemento primordial no campo da escola, em que os profissionais são agentes promotores de inclusão e aprendizagem dos estudantes público-alvo (Brasil, 2008). Sendo necessário também garantir, essencialmente a estas pessoas, a inclusão e cidadania para que possam exercer sua cidadania enquanto sujeitos de direito, buscando promover sua ampla participação na sociedade (Brasil, 2015).

Vasconcelos, Boldrini e Ramos (2021, p. 593) discorrem que:

A política e os atos políticos estão presentes em todos os contextos sociais da vida humana. Desde o nascimento até as práticas cotidianas mais comuns, vivenciamos atos políticos que nos fazem ser social. Quando falamos em políticas, não estamos referindo-nos a partidos políticos e, sim, às ações que possibilitam a melhoria da atuação do ser humano no desenvolvimento educacional.

Partindo desses ideais, os autores apresentam que o cotidiano da vida é uma atuação política e que, por isso, se faz presente em todas as suas etapas. Partindo desse pressuposto, a educação também se faz presente nos atos da vida política e social do homem, para isso

corroboramos com Paulo Freire (2008) que apresenta o professor como ser atuante e político dentro do ambiente escolar. Dessa forma, o autor supracitado afirmar que: “Toda educação é política, não pode deixar de sê-lo. O que não significa que os educadores imponham as linhas do seu partido aos educandos. Uma coisa é a politicidade da educação e outra coisa é a opção partidária do educador” (Freire, 2008, p. 73).

Dentro dessa perspectiva, compreendemos que o professor é um ser dotado de conhecimento e vivências políticas, mas que no ato de educar ele direciona para a politicidade que fala sobre a condição ou característica do que é político. Indo por essa vertente, compreendemos que a educação é um processo natural do homem, “[...] e que se faz presente em todo o âmbito do desenvolvimento social, sendo necessária para o convívio em sociedade.” (Vasconcelos; Boldrini; Ramos, 2021, p. 593). Ainda nos ideais de Paulo Freire, ele explica que o ato educativo é uma atividade humana em eterna construção, que discorre que “Não haveria educação se o homem [e a mulher] fosse um ser acabado” (Freire, 1990, p. 27). Em afirmativa a citação do autor mencionado acima, compreendermos que a educação é contínua e constante, por estarmos em constante aprendizagem diária, assim sempre estamos educando-nos (Vasconcelos; Boldrini; Ramos, 2021).

Oliveira e Jacondino (2021, p. 7) apresentam que a formação é uma ação permanente e “[...] a fim de considerar o ser humano como um ser inacabado; falar em formação remete a um processo contínuo de aprendizados e transformações.” Dessa forma, falar sobre formação continuada no âmbito da Educação Inclusiva se faz necessário para a contemplação das ações profissionais do educador e, assim, apresenta a intenção de melhoria na qualidade escolar.

Segundo Mercado (1999), a formação de um professor demanda a busca de novos conhecimentos, utilizando recursos tecnológicos nas atividades em sala de aula; ter uma formação continuada; valorizar a interação e a aprendizagem colaborativa; refletir criticamente e valorizar a prática pedagógica docente como fonte de reflexões, de pesquisa e de conhecimento.

Além disso, a formação de professores voltada para uma perspectiva inclusiva implica, não somente na inserção de algumas disciplinas, mas em uma formação voltada efetivamente para os princípios da inclusão, garantindo, assim, uma educação de qualidade, que segundo Barcelos (2014, p.4), “[...] em uma perspectiva freireana, pensar educação de qualidade implica compromisso com sujeitos que participam do ambiente escolar, que constroem e reconstróem suas vidas nesse ambiente”. Ainda em relação ao conceito de qualidade, Marchesi e Martin (2003, p. 22) apresentam que:

Uma escola de qualidade é aquela que estimula o desenvolvimento das capacidades cognitivas, sociais, afetivas e morais dos alunos, contribui para 78% a participação e a satisfação da comunidade educativa, promove o desenvolvimento profissional dos docentes e influi com sua oferta educativa em seu ambiente social. Uma escola de qualidade leva em conta as características de seus alunos e de seu meio social. Um sistema educacional de qualidade favorece o funcionamento desse tipo de escola e apoia particularmente aquelas que escolarizam alunos com necessidades educativas especiais ou que estão situados em zonas socialmente ou culturalmente desfavorecidas.

Nesse sentido, Carvalho (2012) destaca que para a implementação de um ideário de política de inclusão educacional, faz-se necessário que as escolas assumam uma orientação inclusiva sob as dimensões da cultura, política e práticas pedagógicas. Consequentemente, trabalhar o fortalecimento dessa cultura inclusiva no ambiente escolar perpassa pela formação continuada de professores.

Desse modo, “a dimensão cultural pode ser resumida em ações que permitam construir uma comunidade inclusiva e estabelecer valores inclusivos nas escolas” (Carvalho, 2012, p. 50). Compreende-se que a formação de docentes, em articulação com a gestão escolar, contribua para o fortalecimento de uma cultura inclusiva no ambiente da escola e para além dele, pois é uma dinâmica que depende de todos os atores envolvidos no processo educativo.

Considerações finais

O estudo apresentado tem como intencionalidade contribuir com ações práticas para a formação continuada dos professores, e pretende elaborar uma proposta de Ensino Colaborativo, promovendo reflexão dos docentes quanto à flexibilidade de suas práticas pedagógicas, no tocante ao seu planejamento, assegurando um ensino dialógico com trocas de experiências entre os docentes, embasadas nas diretrizes da Educação Inclusiva, visando o aperfeiçoamento das suas práticas de ensino.

Por se tratar da fase inicial do projeto, ainda estamos coletando os dados e analisando os principais desafios que encontraremos no decorrer da pesquisa. Mas, como levantamento inicial, foi constatado que nas escolas da comunidade pesquisada não possui sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE, o que comprova a necessidade de investigar o tema mais profundo.

Referências

BARCELOS, L. B. O que é qualidade na educação de jovens e adultos? **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 487-509, jun. 2014. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S2175-62362014000200008>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n2/v39n2a08.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dez. 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 5. ed. Porto Alegre, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 27. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MARCHESI, Á.; MARTÍN, E. **Qualidade do ensino em tempo de mudanças**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MAZZARO, José Luiz. **Baixa visão na escola: conhecimento e opinião de professores e de pais de alunos deficientes visuais**, em Brasília, DF. Tese (Doutorado em Ciências Médicas) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2007.

MERCADO, L. L. **Formação continuada de professores e novas tecnologias**. 1. ed. Maceió: Editora EDUFAL, 1999.

OLIVEIRA, Sandra Schons Lemos de; JACONDINO, Eduardo Nunes. A política educacional de formação de policiais militares: reverberações e caminhos a percorrer. *Educ. Form.*, Fortaleza, v.7, n. 1, e7069, 2021. Disponível em:
<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/e7069> Acesso em: 31 ago. 2023.

RODRIGUES, David. Educação Inclusiva: mais qualidade à diversidade. *In*: RODRIGUES, David; KREBS, Ruy; FREITAS, Soraia Napoleão (org.). **Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais**. Santa Maria: Editora UFSM, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VASCONCELOS, K. C.; BOLDRINI, B. M. de P. O.; RAMOS, E. S. B. (2021). As políticas públicas da educação museal: uma revisão bibliográfica sobre as políticas públicas educacionais e museais. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 7, n. 23.

Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3352>. Acesso em: 31 ago. 2023.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

Enviado em: 26/10/2024.

Aceito em: 25/02/2024.

Publicado em: 21/07/2024.